



INDIGENOUS SUMMIT JUST TRANSITION

**Indigenous Peoples' Perspectives,
Knowledge, and Lived Experiences**

OCTOBER 8 -10, 2024 GENEVA, SWITZERLAND

**Transição Justa: Perspectivas, Conhecimentos e Experiências dos Povos Indígenas
8-10 de outubro de 2024
Genebra, Suíça**

Princípios e Protocolos dos Povos Indígenas para a Transição Justa

I. INTRODUÇÃO

De 8 a 10 de outubro de 2024, 95 representantes dos Povos Indígenas de todas as 7 regiões socioculturais do mundo se reuniram em Genebra, Suíça, para Encontro sobre Perspectivas, Conhecimentos e Experiências Vividas dos Povos Indígenas na Transição Justa. Desse encontro produzimos esta Declaração:

Nós, como Povos Indígenas, nascemos e vivemos em nossas terras, águas e territórios ancestrais, abençoados/as pelo/a Grande Criador ou Criadora, de forma sagrada e espiritual. Nós pertencemos à nossa Mãe Terra, e ela pertence a nós, assim como uma mãe e seu filho pertencem um ao outro. Nós somos a Terra, e a Terra é nós. Era a intenção do/a Criador/a que vivêssemos nestas terras abençoadas para sempre. Nós permanecemos.

Vivemos nossas vidas de acordo com as maneiras prescritas pelo/pela Criador/Criadora desde tempos imemoriais, até que nossos mundos indígenas foram destruídos por potências coloniais e imperialistas intrusas que reivindicaram nossas terras, territórios e recursos, submetendo-nos a uma devastação inimaginável. Fomos assassinados, violentados, escravizados, saqueados, criminalizados, deslocados e gerações de nossos parentes foram roubadas, e nossas terras e territórios foram militarizados. Nós ainda estamos aqui.

Nós, como Povos Indígenas, entendemos que a intenção do/da Criador/Criadora é a lei suprema, que supera as leis feitas pelo homem. Mantemos, com justiça, nossa pertença às nossas terras ancestrais. Somos resolutos em nossos direitos inerentes de saber tudo o que está sendo contemplado para nossas terras; mantemos a autoridade de determinar tudo o que deve ocorrer em, com, sobre e dentro de nossas terras e territórios. Não aceitamos nada sobre nós, sem nós.

Durante o Encontro, compartilhamos conhecimentos, experiências vividas, preocupações e lutas relacionadas à imposição em nossas terras de projetos de desenvolvimento promovidos por Estados e corporações como “energia verde/limpa”, apoiando a transição para uma “economia verde” e a mitigação das mudanças climáticas. No entanto, isso inclui a mineração e extração de minerais de “transição” e outros recursos buscados, que deslocam os Povos Indígenas e contaminam nossas terras, ar, gelo e águas, onde os Povos Indígenas não conseguem mais viver ou coletar alimentos devido a essa nova forma de apropriação de terras e águas em nome de investimentos e conservação.

Afirmamos que essas atividades realizadas em territórios indígenas sem o consentimento livre, prévio e informado e de boa fé violam nossos direitos inerentes e reconhecido, e não constituem uma transição, mas sim uma forma de genocídio moderno contra nossas visões de mundo, modos de vida e sistemas de governança territorial.

Também observamos soluções e boas práticas, baseadas em nosso próprio conhecimento, ciências, tecnologias, experiências vividas e práticas testadas pelo tempo, para a restauração da produção sustentável de alimentos e do solo, proteção dos ecossistemas e uma verdadeira e equitativa transição justa, distinta dos modelos baseados em imposição, extrativismo e colonialismo.

Como Povos Indígenas, afirmamos que o conceito de transição justa, como atualmente é apresentado, não é verdadeiro, pois implica iniciativas e propostas impulsionadas por corporações transnacionais e Estados para implementar e consolidar o modelo econômico de livre mercado, o neoliberalismo, e aprofunda as desigualdades do sistema capitalista. Isso leva ao genocídio e ecocídio, pois os Estados e as corporações falham em garantir o respeito à Mãe Terra e aos direitos dos Povos Indígenas.

Para os Povos Indígenas, uma transição justa significa exercer nossas próprias formas de governança territorial de acordo com nossas tradições e modos de vida.

Ressaltamos que continuamos a ser afetados pelos níveis atuais e crescentes da queima combustíveis fósseis e o neo-extrativismo, que, juntamente com os chamados projetos de energia "verde" ou "limpa", criam um impacto duplo sobre os Povos Indígenas.

Reconhecemos a necessidade urgente de afirmar as visões e definições dos Povos Indígenas e de desenvolver princípios e protocolos, bem como planos e meios de ação, a fim de enfrentar essas ameaças e contribuir de maneira positiva para discussões, programas e ações em todos os níveis para a sustentabilidade ambiental, proteção dos ecossistemas e biodiversidade, e a prevenção e mitigação das mudanças climáticas.

II. A VISÃO DOS POVOS INDÍGENAS E O SIGNIFICADO DE TRANSIÇÃO JUSTA

Visão:

Como Povos Indígenas das 7 regiões socioculturais, nossa visão é a seguinte:

Desenvolver princípios e protocolos para guiar o mundo na cura das múltiplas crises planetárias que enfrentamos, para viver em harmonia com o *Mundo Natural*, e—

Garantir que nosso papel e responsabilidade inerentes, divinamente assinalados para nós os Povos Indígenas, de proteger a saúde espiritual, cultural, social e econômica de nossas regiões e de todos os recursos—desde o ventre da Mãe Terra até as Estrelas—sejam respeitados e apoiados por meio de nossas próprias vozes.

Significado de Transição Justa:

Para os Povos Indígenas, uma transição justa significa exercer a auto-determinação através de nossas próprias instituições e sistemas de governança com base em nossas tradições e modos de vida. É a restauração do que éramos como um todo, um retorno à totalidade, do ventre de nossa mãe até as estrelas acima de nós que buscamos. É nosso direito cultural de ser quem somos e nosso direito físico de ser saudável, ter uma vida boa e estar seguro em nossas casas e territórios. Mais que uma Transição, buscamos uma Transformação Justa até que tudo o que é sagrado seja restaurado.

Apoiamos a coordenação global, a solidariedade e o compartilhamento de conhecimentos e experiências para informar o ativismo coletivo em prol das soluções dos Povos Indígenas.

Isso melhorará a conservação da biodiversidade, desacelerará e interromperá a desertificação e o derretimento das geleiras, e restaurará terras e águas para a proteção de toda a vida.

Isso também moldará respostas eficazes aos impactos das mudanças climáticas e nos levará à construção de uma transição justa e equitativa que beneficie toda a vida sagrada na Mãe Terra.

Afirmamos que não constituem uma transição justa as atividades que estão sendo propostas ou realizadas em nossas terras, geleiras (povos dos Grande Norte), águas e territórios em nome da transição justa, da economia verde, da energia verde/limpa ou da redução de emissões, sem a obtenção de nosso consentimento livre, prévio, informado, e de boa fé ou que ameacem nossos lugares sagrados, práticas culturais, fontes de alimento dos Povos Indígenas e ecossistemas, ou que de outra forma violam nossos direitos inerentes. Elas são simplesmente uma repaginação dos processos existentes

para permitir que a opressão dos Povos Indígenas continue sem mudança do *status quo*. A "economia verde", em sua implementação atual, ainda é uma forma de colonização. A transição justa deve também se basear em uma transformação radical dos sistemas econômicos atuais, que se baseiam na extração e exploração da natureza, movendo-se em direção a uma visão de mundo dos Povos Indígenas de desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural.

Afirmamos que o conceito de transição justa, tal como atualmente é apresentado, envolve iniciativas e propostas impulsionadas por corporações transnacionais e Estados para implementar e consolidar o modelo econômico de livre mercado—o “neoliberalismo”—que aprofunda as desigualdades do sistema capitalista. Isso gera genocídio e ecocídio, à medida que os Estados falham em garantir, e as corporações também se esquivam em respeitar, a Mãe Terra e os direitos dos Povos Indígenas.

Os conceitos de "co-gestão", "co-jurisdição", "gestão conjunta" ou "jurisdição compartilhada" usados nos novos projetos não funcionam como métodos efetivos para proteger nossas terras e ecossistemas, nem para limitar danos. Uma falsa garantia de participação no desenvolvimento de projetos e o compartilhamento de benefícios com os Povos Indígenas em muitos lugares eles são usados para minar nossos direitos inerentes às nossas terras, mares, águas, geleiras, ar e outros recursos, incluindo aqueles reconhecidos e afirmados em tratados e convenções internacionais assinados e firmados antes ou após a independência. Essas novas políticas devem sempre respeitar os direitos dos Povos Indígenas.

III. PRINCÍPIOS DOS POVOS INDÍGENAS PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

1. **Direito à Vida:** Isso inclui a integridade física, cultural e espiritual dos Povos Indígenas, garantindo sua existência presente e futura.
2. **Direito à Autodeterminação e Soberania dos Povos Indígenas:** Uma transição justa deve ser baseada no reconhecimento, respeito e plena implementação dos direitos inerentes dos Povos Indígenas, conforme afirmado em instrumentos internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e outros, como um padrão mínimo. O direito à Autodeterminação é inerente aos Povos Indígenas e é uma condição prévia para o exercício de todos os outros direitos. Isso inclui, entre outras coisas, o direito ao consentimento livre, prévio e informado (e de boa fé) antes da aprovação de qualquer projeto, o direito de participar nas decisões que afetam nossos direitos, sejam eles direitos culturais, os direitos sobre as terras, águas, ar, geleiras, territórios e recursos tradicionalmente usados, possuídos ou adquiridos, bem como o direito de determinar nossas próprias prioridades para a governança,

desenvolvimento, gestão, proteção e uso de nossas terras, águas, ar, geleiras e recursos tangíveis e intangíveis. Em virtude do direito à Autodeterminação, os Povos Indígenas determinam livremente seu próprio desenvolvimento político, social e econômico, futuro, como também os direitos a uma partilha equitativa de benefícios.

- 3. Descolonização:** Para os Povos Indígenas, uma transição justa rejeita a *Doutrina da Descoberta* e a contínua imposição do colonialismo e da exploração de recursos extrativos, soluções falsas, ocupação militar e atividades que ameaçam nossa saúde mental, espiritual, reprodutiva, intergeracional e física, a biodiversidade, os ecossistemas naturais, culturas, valores e nossos parentes vegetais e animais. A transição justa deve ser realizada no contexto da descolonização de nossas terras e modos de vida, levando em consideração todas as maneiras pelas quais os Povos Indígenas sofreram e continuam a sofrer diferentes formas de colonização, genocídio e criação de conflitos, como base para rejeitar soluções falsas e escolhas impostas.
- 4. Reparações, Devolução e Restauração Completa de Terras, Territórios, Águas e Biodiversidade:** Uma transição justa deve garantir a devolução de terras, reconhecimento e respeito às terras, territórios e águas dos Povos Indígenas, bem como a proteção de todos os recursos naturais, ecossistemas e outros meios de subsistência dos Povos Indígenas. Isso deve começar com o acesso irrestrito, a restauração, o reconhecimento e o respeito pelos nossos direitos às nossas terras, territórios e águas ancestrais, e outros recursos que foram tomados sem o nosso consentimento durante o processo de colonização e estabelecimento do Estado. Isso também inclui o respeito pela nossa soberania inerente e a plena implementação, sem qualificações, dos nossos direitos, incluindo, mas não se limitando a posse de terras indígenas, economias indígenas, jurisdição, línguas, sistemas alimentares indígenas, saúde, culturas, espiritualidade, responsabilidades para com o mundo natural, biodiversidade, saberes e modos de vida.
- 5. Respeito pelos Modos de Vida dos Povos Indígenas:** Uma transição justa deve garantir nossa soberania alimentar, economias indígenas, ciência indígena, tecnologias e inovações, experiências vividas, jurisdição, línguas, culturas, espiritualidade, responsabilidades para com o mundo natural, biodiversidade, sistemas de conhecimento e todas as formas de vida. Isso inclui o respeito pelos conhecimentos, crenças e práticas ancestrais dos Povos Indígenas para proteger nossos ecossistemas e sistemas alimentares, e honrar nossas responsabilidades sagradas para com nossos Povos, famílias e gerações futuras. Devem ser garantidas salvaguardas e proteção dos nossos direitos de propriedade intelectual indígenas. Para garantir essas salvaguardas e proteção, deve ser estabelecido um mecanismo para promover, proteger e preservar os conhecimentos dos Povos

Indígenas, e iniciar um processo para criar uma instituição para a documentação dos conhecimentos dos Povos Indígenas sobre sistemas alimentares, etnomedicina e plantas etnobotânicas.

- 6. Transparência e Responsabilidade:** Uma transição justa deve incluir e refletir a contribuição e a participação efetiva dos Povos Indígenas, incluindo jovens, mulheres, anciãos, detentores de conhecimento, pessoas com deficiência e praticantes ativos dos modos de vida dos Povos Indígenas, abordando os múltiplos níveis de impacto. Isso inclui a oportunidade para negociações ativas e eficazes, com base no consentimento livre, prévio e informado em relação a todos os projetos, desde o design até a implementação, monitoramento e avaliação, em e afetando as terras, territórios, recursos e águas dos Povos Indígenas. Uma transição justa não pode se basear em soluções falsas, como comércio de carbono ou compensações. Deve garantir total transparência e responsabilidade nas fontes de financiamento, bem como garantir o envolvimento direto com os Povos Indígenas. A responsabilidade deve ser estabelecida com base em evidências e na participação efetiva dos Povos Indígenas.
- 7. Reparações Históricas:** Uma transição justa deve garantir reparações históricas (econômicas e não econômicas) pelos danos causados, seguindo os padrões estabelecidos pelos tribunais e órgãos de direitos humanos, e conforme determinado pelas nações e povos indígenas pré-existentes ao exigir essas reparações.
- 8. Proteção Total dos Povos Indígenas:** Pôr fim à criminalização dos defensores dos direitos humanos, dos direitos ambientais e dos praticantes culturais dos Povos Indígenas, incluindo, mas não se limitando a execuções extrajudiciais, tortura, prisões, vigilância e outras ameaças de assédio, intimidação e represálias com impunidade, incluindo a militarização e policiamento dos territórios dos Povos Indígenas. Aqueles que se envolvem nesses atos devem ser responsabilizados.
- 9. Reconhecimento dos Papéis e Responsabilidades dos Povos Indígenas:** A transição justa deve ser baseada no reconhecimento de nosso papel e responsabilidade como guardiões, administradores e protetores de nossas terras tradicionais, pastagens, florestas, desertos, savanas, águas, ar, geleiras/neve, territórios e recursos, nossas leis e protocolos indígenas, e as relações espirituais, culturais, históricas e contínuas que temos com as plantas, animais, elementos, terras, gelos e águas que nos dão vida e identidade.
- 10. Manutenção de 1,5 Graus:** Uma transição justa deve contribuir para a redução, prevenção ou mitigação real das mudanças climáticas, com base em um caminho

para manter um aumento de temperatura de no máximo 1,5 grau, e incluir acesso direto ao financiamento para os próprios projetos dos Povos Indígenas voltados para a prevenção e mitigação das mudanças climáticas, adaptação, resiliência e pagamentos diretos por perdas e danos.

11. Abordagem Baseada em Direitos nas Cadeias de Suprimento: Os projetos e atividades de transição justa em toda a cadeia de suprimento não devem causar danos aos Povos Indígenas, a outros povos, ecossistemas ou locais sagrados. Isso inclui avaliar os impactos de toda a cadeia de suprimentos (desde as matérias-primas até os projetos finais e resíduos). Isso inclui rejeitar soluções falsas, como o comércio de carbono ou compensações de carbono, quando esses esquemas de mercado trocam benefícios para um povo em detrimento das terras, territórios e recursos de outro. Os atores estatais e privados também devem garantir total transparência em relação às fontes de financiamento e investidores nesses projetos, bem como os retornos financeiros esperados para os investidores, financiadores e organizações intermediárias.

IV. COMPROMISSOS PARA AÇÕES E IMPLEMENTAÇÃO

1. Iniciaremos processos para que nossos próprios Povos exerçam nosso direito ao desenvolvimento, definindo por nós mesmos nossa visão e prioridades de desenvolvimento, incluindo a proteção daquilo que consideramos essencial para nossa sobrevivência e bem-estar, não em reação aos sistemas coloniais ou limitados pelas prioridades e práticas deles, mas enraizados em nossas próprias visões de mundo, valores, modos de subsistência, práticas e princípios baseados em nossas leis naturais/instruções originais para honrar e proteger o sagrado.
2. Difundiremos, promoveremos e defenderemos esses princípios e protocolos e os utilizaremos em nossos esforços de educação, formação e defesa de direitos, incluindo, mas não se limitando a, com as respectivas nações, governos, organizações, comunidades, conselhos, grupos de trabalho, membros, formuladores de políticas, corporações/empresas e órgãos internacionais, mecanismos, procedimentos especiais e fóruns dos Povos Indígenas, em todas as línguas indígenas.
3. Continuaremos a nos engajar/desafiar as regulamentações, padrões, leis, políticas e ações locais, nacionais, estaduais, provinciais, federais e internacionais que simplificam os projetos de energia “verde/limpa” que ignoram nosso consentimento livre, prévio e informado e os processos de revisão socioambiental e cultural, para “acelerar” tais projetos em nome do interesse público ou nacional.

4. Nos manteremos em solidariedade uns com os outros para nos opor à imposição de projetos de energia renovável "verde" sobre ou impactando nossas terras, águas, gelo e territórios que nossos Povos consideram prejudiciais e que violam nossos direitos. Reconhecemos que a tecnologia de energia renovável - vento, solar e baterias de microgrids - requer metais e minerais extraídos em outras comunidades. Desejamos uma cadeia de fornecimento que respeite a autoridade de tomada de decisão dos Povos Indígenas e o consentimento livre, prévio e informado (e de boa fé) em todas as etapas. Não apoiamos a energia nuclear sob nenhuma circunstância.
5. Chamaremos pela implementação de uma abordagem ecossistêmica, ao invés de distinções falsas como “desenvolvido/em desenvolvimento”, incluindo avaliações abrangentes de impacto que reconheçam os direitos ambientais, sociais, culturais, econômicos e humanos para todos os projetos propostos, incorporando o conhecimento e a expertise dos Povos Indígenas.
6. Continuaremos a exigir que os defensores dos direitos indígenas, humanos, ambientais e das terras sejam protegidos e salvaguardados e que a criminalização deles cesse, incluindo aqueles que estão protegendo suas terras natais contra a imposição de projetos de “energia verde” e o desenvolvimento de infraestrutura relacionada, como fábricas, estradas, minas, gasodutos, etc. Exigimos também a proteção de mulheres indígenas, meninas e mulheres com deficiência, contra qualquer forma de discriminação e violência sexual e ambiental associada às indústrias extrativas, “verdes” ou não. Protegeremos nossos Povos do trabalho forçado e da servidão contratada em todas as suas formas.
7. Consideraremos o uso de órgãos internacionais de direitos humanos e mecanismos nacionais, internacionais e regionais, incluindo grupos de trabalho da ONU, Órgãos de Tratado, Procedimentos Especiais, entre outros, para apresentar queixas urgentes a fim de interromper as ações dos Estados e as violações de direitos.
8. Em conformidade com o Artigo 10 da UNDRIP, os Povos Indígenas têm tolerância zero em relação a qualquer despejo forçado, deslocamento, realocação, desapropriação e expulsão, em nome de qualquer desenvolvimento, incluindo projetos de “transição verde” e a criação de “áreas protegidas”, e precisam formular um modelo de desenvolvimento que não crie deslocamento.
9. Exigimos que todos os exercícios de mapeamento de minerais de transição e os impactos sociais, ambientais e de direitos humanos sejam conduzidos por meio de procedimentos de devida diligência. As informações devem ser acessíveis livremente sobre a existência desses minerais encontrados em nossas terras, territórios e águas.
10. Exigimos que empresas, governos, mecanismos financeiros, setor privado, e todas as partes responsáveis, assumam total responsabilidade e ação pelos danos, perda de

patrimônio cultural e outros impactos adversos das atividades de mineração sobre os seres humanos, biodiversidade, terras ancestrais, práticas culturais e espirituais, territórios e águas.

Adotado por acordo unânime dos Participantes do Encontro em 10 de outubro de 2024, Genebra, Suíça. Este documento será revisado em doze meses, pelas sete regiões socioculturais.

Anexo

Comitê Global de Coordenação dos Povos Indígenas (IPGCC):

SIRGE Coalition; International Indian Treaty Council (IITC); Asia Indigenous Peoples Pact (AIPP); Saami Council; Inuit Circumpolar Council (ICC); PINGO's Forum; He Kainga Indigenous Solutions, Aotearoa; Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA); Association Des Femmes Peules & Peuples Autochtones Du Tchad (AFPAT); Nyungar Nation; United Confederation of Taino People (UCTP); Center for Support of Indigenous Peoples of the North (CSIPN).

Organizações e Nações Participantes:

(Nomes em inglês e línguas originais)

SIRGE Coalition; International Indian Treaty Council (IITC); Asia Indigenous Peoples Pact (AIPP); Saami Council; Inuit Circumpolar Council (ICC); PINGO's Forum; He Kainga Indigenous Solutions, Aotearoa; Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA); Association Des Femmes Peules & Peuples Autochtones Du Tchad (AFPAT); Nyungar Nation; United Confederation of Taino People (UCTP); Batani Foundation; Cultural Survival; Beaver Lake Cree Nation; Laguna Acoma Coalition for a Safe Environment; Tooh' Diné Bi Keyah; Camp Morningstar; Pit River Nation; Yaqui Nation Traditional Authorities, Vicam Pueblo; Comunidad Indígena Colla Comuna de Copiapó; Saami Parliament, Norway; Youth Council in Saami Parliament, Norway; NDN Collective; Parlamento de Naciones, Pueblos y Comunidades Indígenas de Jujuy; Ton-kla Indigenous Children and Youth Network; Marka Tahua Aranzaya Maranzaya Yonza; Central Unica Nacional de las Rondas Campesinas del Perú CUNARC-PERÚ; Centro de Investigacion de Tecnologías Aplicadas al Qullasuyu (CITAQ); Observatorio de Derechos de los Pueblos Indígenas-UMSA; Center for Support of Indigenous Peoples of the North (CSIPN); Centro de Estudios e Investigaciones Comunidad de Historia Mapuche; Comunidad de Historia Mapuche Lof Boroa, Ecuador Runacanapac Tandanacui; Consejo General Kuna de Panama; Tsehay Golgota Community Development Organization - Ethiopia; Acal El Hejeb / Indigenous Amazigh Network AZUL - Morocco; MBOSCUDA - Cameroon; PIDP - Shirika la Bambuti - DRC; Lmartin People Association- Kenya; Association Repare Promotion de l'éducation et Accès aux Soins des Filles et Femmes - Burkina Faso; Association TUNFA - Niger; Unissons nous pour la promotion des Batwa (UNIPROBA) - Burundi; Family Support Centre - Botswana; *Kanawayandan Daaki* – Land, Air, Water, Spirit; Tonkla Indigenous Children and Youth Network (TKN); Torang Trust; Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN); Tobpinai Ningkokoton Koburuon Kampu (TONIBUNG); Sarawak Dayak Iban Association (SADIA); Promotion of Indigenous and Nature Together (POINT); Nepal Federation of Indigenous Nationalities (NEFIN); National Indigenous Disabled Women Association-Nepal (NIDWAN); ICCA Southeast Asia; Pgayenkaw Association for Sustainable Development (PASD); International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA); Earthworks; Society for Threatened Peoples; DOCIP.

(Nomes em português)

Coalizão SIRGE; Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC); Pacto dos Povos Indígenas da Ásia (AIPP); Conselho Saami; Conselho Circumpolar Inuit (ICC); Fórum PINGO's; He Kainga Soluções Indígenas, Aotearoa; Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); Associação de Mulheres Peules & Povos Indígenas do Chade (AFPAT); Nação Nyungar; Confederação Unida do Povo Taíno (UCTP); Fundação Batani; Cultural Survival; Nação Beaver Lake Cree; Coalizão Laguna Acoma para um Ambiente Seguro; Tooh' Diné Bi Keyah; Camp Morningstar; Nação Pit River; Autoridades Tradicionais da Nação Yaqui, Vicam Pueblo; Comunidad Indígena Colla Comuna de Copiapó; Parlamento Saami, Noruega; Conselho de Jovens do Parlamento Saami, Noruega; Coletivo NDN; Parlamento de Nações, Povos e Comunidades Indígenas de Jujuy; Rede Ton-kla de Crianças e Jovens Indígenas; Marka Tahua Aranzaya Maranzaya Yonza; Central Única Nacional de Rondas Camponesas do Peru (CUNARC-PERÚ); Centro de Investigação de Tecnologias Aplicadas ao Qullasuyu (CITAQ); Observatório de Direitos dos Povos Indígenas-UMSA; Centro de Apoio aos Povos Indígenas do Norte (CSIPN); Centro de Estudos e Investigações da Comunidade de História Mapuche; Comunidade de História Mapuche Lof Boroa; Ecuador Runacanapac Tandanacui; Conselho Geral Kuna do Panamá; Organização de Desenvolvimento Comunitário Tsehay Golgota - Etiópia; Acal El Hejeb / Rede Amazigh Indígena AZUL - Marrocos; MBOSCUDA - Camarões; PIDP - Shirika la Bambuti - RDC; Associação do Povo Lmartin - Quênia; Associação Repare Promoção da Educação e Acesso aos Cuidados de Meninas e Mulheres - Burkina Faso; Associação TUNFA - Níger; Unamo-nos para a promoção dos Batwa (UNIPROBA) - Burundi; Centro de Apoio à Família - Botsuana; Kanawayandan Daaki – Terra, Ar, Água, Espírito; Rede Tonkla de Crianças e Jovens Indígenas (TKN); Torang Trust; Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago Nusantara (AMAN); Tobpinai Ningkokoton Koburuon Kampu (TONIBUNG); Associação Iban Dayak de Sarawak (SADIA); Promoção dos Indígenas e da Natureza Juntos (POINT); Federação Nepalense de Nacionalidades Indígenas (NEFIN); Associação Nacional de Mulheres Indígenas com Deficiência do Nepal (NIDWAN); ICCA Sudeste Asiático; Associação Pgayenkaw para o Desenvolvimento Sustentável (PASD); Grupo Internacional de Trabalho para Assuntos Indígenas (IWGIA); Earthworks; Sociedade para Povos Ameaçados; DOCIP.

Glossário de Termos

Por **Terras, Territórios, Recursos e Águas**, referimo-nos à totalidade dos ecossistemas interconectados que englobam, mas não se limitam a, savanas, pastagens, pradarias, montanhas, lagoas, desertos, desertos de altitude, ilhas, rios, lagos, oceanos, riachos, nascentes, ar, geleiras, gelo, florestas e o subsolo. Esses elementos formam uma teia holística da vida, sustentando a biodiversidade, culturas humanas e inúmeras formas de vida, ao mesmo tempo em que servem como fontes críticas de sustento, meios de vida, conexão espiritual e equilíbrio ecológico. É através desses ecossistemas que a vida prospera, as comunidades se enraízam e as gerações futuras herdam os legados do passado.

As **sete regiões socioculturais dos Povos Indígenas** geralmente se referem a zonas geográficas e culturais distintas, reconhecidas globalmente por suas populações indígenas únicas. Essas regiões são definidas com base em características culturais, históricas, linguísticas e ecológicas compartilhadas, e incluem: África; Ártico; Ásia; América Central e do Sul e o Caribe; Europa Oriental, Federação Russa, Ásia Central e Transcaucásia; América do Norte; e o Pacífico. Essas regiões socioculturais destacam a diversidade e resiliência dos Povos Indígenas, cada um com modos de vida, línguas e práticas culturais distintos profundamente conectados aos seus ambientes.

Colonialismo Verde refere-se a todos os quadros, existentes e emergentes, relacionados à adaptação às mudanças climáticas e mitigação que continuam a perpetuar violações de direitos e soluções falsas. Estes incluem, mas não se limitam a “energia verde/limpa”, desenvolvimento de uma “economia verde”, transição energética, transição justa, projetos de energia “alternativa”, incluindo, mas não se limitando a, projetos de captura de carbono, parques eólicos industriais, energia solar, mega-barragens, energia nuclear, introdução de espécies invasivas, desenvolvimento geotérmico, e o "lavagem verde" da redução de emissões com injeção de carbono, e a criação de “áreas protegidas”.

Neoliberalismo é uma ideologia política e econômica que promove mercados livres, desregulamentação, privatização e intervenção mínima do governo, muitas vezes enquadrada como um meio de aumentar a eficiência e a liberdade individual. No entanto, o neoliberalismo prioriza os interesses corporativos e o lucro em detrimento do bem-estar social, aprofundando a desigualdade e erodindo os serviços públicos. Isso muitas vezes leva à mercantilização de serviços essenciais (como saúde, educação e água) e reduz o papel do estado na abordagem da pobreza, degradação ambiental e na proteção dos Povos Indígenas e trabalhadores. As políticas neoliberais têm sido criticadas por fomentar a exploração, enfraquecer os direitos trabalhistas e exacerbar as disparidades de riqueza globalmente.